

OS CAMINHOS DA LIBERDADE NA LITERATURA DE JEAN-PAUL SARTRE
THE ROADS TO FREEDOM IN JEAN-PAUL SARTRE'S LITERATURE

Tiago Henrique de Camargo Abrahão
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

RESUMO: No século XX, a humanidade assistiu à derrocada traumática da razão. Com a ascensão de regimes totalitários, assistiu-se a uma crise moral que perturbou as fronteiras da liberdade — e os limites da arte, o que levou artistas e intelectuais, dentre os quais Jean-Paul Sartre, a repensarem seu papel na sociedade. Como filósofo, Sartre concebeu um pensamento sobre a existência marcado pela liberdade enquanto constituinte fundamental do homem; como teórico da literatura, defendeu o engajamento como elemento fundamental para a afirmação da liberdade, apelando para que o leitor participasse da criação dos romances; como escritor, publicou contos e romances nos quais a filosofia da existência e a problematização da liberdade se encontram ao longo dos planos temático e formal das narrativas: contextualizando-as ao longo de situações-limite, a ideia de “liberdade” se encontra nos elementos composicionais das histórias e nos dilemas das personagens, livres da onisciência narratorial — o que requisita o leitor para a criação de hipóteses a respeito do que pensam (a partir de como agem) as consciências semilúcidas que interagem no universo romanesco. Nota-se, pois, uma relação entre a liberdade e a literatura (e sua recíproca influência) que objetivamos investigar.

PALAVRAS-CHAVE: Jean-Paul Sartre; literatura; filosofia; engajamento; liberdade; responsabilidade.

ABSTRACT: In the twentieth century, humanity witnessed the traumatic collapse of reason. With the rise of totalitarian regimes, there has been a moral crisis that disturbed the frontiers of freedom — and the limits of art, leading artists and intellectuals, among them Jean-Paul Sartre, to rethink their role in society. As a philosopher, Sartre conceived a thought about the existence marked by freedom as a fundamental constituent of man; as a literary theorist, he defended the engagement as a key element for the affirmation of freedom, appealing to the reader to participate in the creation of the novels; as a writer, he published short stories and novels in which the philosophy of existence and the questioning of freedom is noticed along the thematic and formal plans of the narratives: contextualizing them in the midst of extreme situations, the idea of “freedom” is found in the compositional elements of the stories and in the dilemmas of the characters, free from narratorial omniscience — which requests the reader to create hypotheses about what think (from how act) the semi-lucids consciousness interacting in the novelistic universe. It is clear, therefore, a relationship between freedom and literature (and their interplay) that we aim to investigate.

KEYWORDS: Jean-Paul Sartre; literature; philosophy; engagement; freedom; responsibility.

Introdução

Este artigo propõe uma investigação do conceito de “liberdade” e sua relação com a literatura na obra de Jean-Paul Sartre, de modo a compreender como e por que, no século XX, a arte literária viu-se envolta em discussões problematizadoras da liberdade, desencadeadas por fatores históricos que tiveram espaço a partir da crise da razão e das consequências das duas guerras mundiais. A partir da trilogia *Les chemins de la liberté*¹ e de outras narrativas de Jean-Paul Sartre, estudaremos como a ideia de “liberdade” foi explorada tanto na forma romanesca quanto no conteúdo dos romances, sendo necessário, para tanto, fazer uma exposição da teoria e da crítica literária sartrianas, vinculando-as à exposição das linhas gerais das narrativas e dos acontecimentos relacionados à Segunda Guerra Mundial na França, a saber, a ocupação, a resistência e a liberação do povo francês, salientando o papel do intelectual diante da crise moral estabelecida pelos regimes de exceção vigentes à época. Será necessário, portanto, evidenciar, a partir da teoria sartriana, do *corpus* escolhido e do contexto histórico, que o conceito de “liberdade” perpassa tanto a sociedade quanto a literatura, havendo uma tentativa, por parte de Sartre, segundo a orientação do engajamento literário, de fazer com que essa relação, de capital importância para todos os estratos humanos, fosse percebida e problematizada.

A vida, a obra e o pensamento de Jean-Paul Sartre (Paris, 1905–1980) inserem-se no horizonte do que Eric Hobsbawm (1995) chamou de “era dos extremos”, momento histórico em que o surgimento de ideologias totalitárias (Nazi-fascismo, Stalinismo etc.), de guerras mundiais e da série de crises políticas, econômicas, sociais e morais que tiveram espaço ao longo do período de contrastes que foi o século XX serviram de húmus para o pensamento de um escritor que pautou seus esforços na constituição de uma filosofia da liberdade capaz de problematizar a existência humana, bem como de uma produção literária capaz de mostrar a carência moral do homem, resultado de um desencantamento paulatino do otimismo dilacerado pelo alcance humano (nem sempre calculado, muito embora provavelmente calculista) do poder tecnológico. No que o biógrafo Bernard-Henry Lévy (2000) designou de o “século de Sartre”, a ascensão de um pensamento humanista contribuiu para as discussões acerca da liberdade, da posição do

¹ Utilizaremos, neste artigo, os textos no original, embora já exista tradução dos romances para o português (Cf. referências bibliográficas).

homem frente à história, da vida humana conturbada pela perda de valores que deveriam nortear a sua existência.

Enquanto os regimes de exceção com suas ideologias totalitárias abasteciam, dentre outros espaços, a atmosfera europeia com a fuligem própria da queima de livros ou de corpos humanos, estabelecendo uma carência no que concerne à liberdade do homem — a viver, como escrevera Fredric Jameson em sua tese de doutorado sobre Sartre, em “uma sociedade sem um futuro visível, uma sociedade ofuscada pela permanência em massa de suas próprias instituições, em que nenhuma mudança parece possível e em que a ideia de progresso está morta”² (JAMESON, 1961, p. 8) —, notaram-se, como resposta, tentativas de resgate do significado e das implicações da liberdade, percebida justamente por sua escassez e insuficiência. Em um momento no qual a falta de liberdade levou ao questionamento desta, filósofos, sociólogos e artistas promoveram uma recuperação do conceito, figurando a interrogação sobre o significado de ser livre em um momento que não oferecia (antes, sequestrava) os meios para sê-lo.

O autor francês, ao se comprometer com sua época, encarnou “a figura do *intelectual total*, pensador escritor, romancista metafísico e artista filósofo que empenha nas lutas políticas do momento todas essas autoridades e essas competências reunidas em sua pessoa” (BOURDIEU, 1996, p. 238), sem deixar de considerar a complexidade e a fragmentação do sujeito humano — heranças, não necessariamente positivas, que a história lega. Enquanto filósofo, Sartre propôs uma filosofia da existência que correspondesse às exigências impostas quando um abismo de sentido, e todas as consequentes contradições morais, sociais e políticas, se coloca à frente, como um desafio ontológico a transpor a fim de assegurar linhas mestras que deem ao ser humano as balizas que o conduzam ao reconhecimento de sua condição sócio-histórica e à possibilidade de mudá-la. Enquanto literato, pautou seus esforços para apresentar personagens em situações extremas, diante de dilemas e problemáticas inerentes à condição humana, em uma conjuntura que deveria permitir a possibilidade de discutir a realidade, cujas características ocasionariam uma “consciência infeliz” (SARTRE, 1948, p. 316) diante da qual o conformismo seria pernicioso.

Sob a tensão estabelecida aos artistas, entre os imperativos éticos demandados por sua época e a aspiração de uma liberdade de criação — tensão semelhante àquela entre o caráter contingente da situação histórica e as existências particulares —, aos

² As traduções empregadas neste artigo são de nossa responsabilidade.

escritores e teóricos, preocupados com a discussão que se estabeleceu, tornou-se urgente imaginar novas perspectivas, hipóteses, técnicas literárias, modos de narrar, mesmo porque, em face das crises, depende dos artistas “mostrar quanto de liberdade eles são capazes de encontrar na inelutável necessidade e em que medida são capazes de utilizá-la livremente e de modo fecundo para eles mesmos e para a arte” (LUKÁCS, 2010, p. 284). Para isso, segundo Sartre, seria necessário reinventar e reinserir a literatura em um mundo no qual o quietismo e a conivência tornaram-se particularmente nocivos no contexto europeu do século XX — como provam os campos de concentração nazistas e os *gulags* soviéticos —, posto que enfraqueciam a liberdade de pensamento e, *a fortiori*, a autonomia do homem em meio a políticas de exceção que poderiam ser (e foram) enredos de história distópicas.

A trajetória de Sartre, contudo, não foi linear, sendo constantes suas mudanças de opinião e de posição (que críticos como Albert Camus e Maurice Merleau-Ponty viam, não sem razão, como uma instabilidade perigosa) ao longo de seu desenvolvimento intelectual. Sua formação filosófica, que se estende de uma postura solipsista até o marxismo, teve origem a partir dos eventos relacionados à Segunda Guerra Mundial, período no qual o escritor francês se viu arrancado de uma perspectiva idealista — encontrada em seus primeiros estudos e, sobretudo, no extenso ensaio *L'être et le néant* (1943), que investiga a existência humana a partir de uma (segundo o subtítulo do ensaio) ontologia fenomenológica — em direção a uma perspectiva marxista — cuja obra filosófica principal, *Critique de la raison dialectique* (1960), tenta articular as teses existencialistas com as marxistas, pensando a coletividade em seu âmbito histórico, não apenas metafísico, ficando patente que o autor passa a se ocupar, cada vez mais, com o problema do comprometimento ético das escolhas singulares.

Isso se deu porque a guerra proporcionou a Sartre experiências a partir das quais foi possível perceber a história, apreender o mundo e sua situação particular nele: enquanto soldado do setor de meteorologia do exército francês, enquanto prisioneiro de guerra e, sobretudo, enquanto cidadão francês no período de ocupação nazista de parte da França e a conseqüente resistência de alguns intelectuais, Sartre passa do imobilismo ao comprometimento, abandonando uma posição apolítica para defender uma posição literária engajada — embora tenha, posteriormente, aceito que a literatura, embora necessária, é insuficiente, sendo válido citar as próprias palavras do escritor, para quem “não há livro que tenha impedido uma criança de morrer” (SARTRE, 1965, p. 51).

Por ser virtualmente impossível (ou, ao menos, incompleto) tratar da teoria literária de Sartre sem passar em revista alguns dos conceitos elaborados pelo pensador em seus ensaios filosóficos, é importante compreender os rudimentos da filosofia da existência, outro nome dado ao existencialismo, corrente filosófica cujo princípio fundamental se resume na ideia de que a existência humana precede sua essência. Sem essência *a priori* (o que exclui a necessidade de um deus que a conceba), o homem é liberdade, mas não uma liberdade abstrata, alienada das condições sociais e históricas; a liberdade não é, tampouco, uma faculdade humana, uma disposição para agir, pois não se trata de algo que o homem tem, mas algo que o homem é, cabendo apenas a ele, ao escolher sua razão de existir, escolher também sua essência — escolha obrigatória porque, sendo o homem ontologicamente condenado à liberdade, não lhe é possível não escolher, pois escolher não escolher já é, a seu modo, uma escolha —: “o homem não é outra coisa senão o que ele se faz. Tal é o primeiro princípio do existencialismo” (SARTRE, 1958, p. 22).

Diante da facticidade da existência — o horizonte de possibilidades que já existe quando o homem nasce (sua condição social, o ambiente histórico etc.) —, o indivíduo se constitui em dada situação, diante da qual a sua ação significa, pois, uma reação às condições que permeiam o exercício de sua liberdade, ideia que orienta um projeto ético pautado na reflexão sobre as possibilidades, em um contexto histórico-social contingente, de uma práxis da responsabilidade. Do contrário, ao fugir dessa responsabilidade, mentindo a si mesmo sobre o que é e sobre o compromisso que deve assumir, o homem encarnará o que Sartre chamou de “*má-fé*”, uma dissimulação feita a si mesmo para esconder de si sua liberdade e sua conseqüente responsabilidade. O ser humano, por esse viés, é sua capacidade de se inventar, é sua disposição permanente para escolher o que quer chegar a ser: responsável que é, sem ninguém para culpar senão a si mesmo caso seu projeto de ser não se realize — ou mesmo se se realizar, pois há responsabilidade também aí —, a isso Sartre dá o nome de “*engajamento*”, isto é, a atitude do indivíduo que, em face de sua situação histórico-social e ao tomar consciência de sua responsabilidade, decide agir para denunciá-la e modificá-la.

A importância da literatura se coloca, então, em sua capacidade de descrever a realidade humana tal qual é vivenciada por personagens, indivíduos, seres em situação, isto é, de tratar de temas e contextos no seio das atitudes humanas, já que a filosofia, pelo seu tratamento teórico-conceitual, não é capaz de descrever a realidade humana dos

indivíduos e suas particularidades contextualizadas, cujos parâmetros e variáveis dificilmente são captados pela linguagem filosófica. Ainda que possa (e mesmo deva, como quer o marxismo) aproximar-se da concretude histórica, a filosofia depende do tratamento do universal, e é por essa contradição que é assegurado o valor de ambos os modos de expressão, seja a literatura, seja a filosofia, cada um a complementar, de acordo com uma perspectiva diferente e de maneiras distintas, aspectos da realidade humana que, para Sartre, precisam ser evidenciadas com o intento de admitir a problemática humana e colocá-la no centro dos debates.

Em resumo, para Sartre a filosofia é capaz de descrever conceitualmente o homem, mas com isso perde a capacidade de retratar o que o homem é e faz (papel próprio da literatura), e a literatura, por sua vez, apesar de não trabalhar do mesmo modo com conceitualizações, é capaz de retratar o homem em seu contexto, e a experiência histórica (que na realidade é apresentada em fragmentos), de maneira totalizadora:

é uma ordem, este lento caminho imprevisível: é uma verdade que se torna, que se organiza minuciosamente, é toda uma existência humana que passa do abstrato ao concreto, da miséria à riqueza, do universal ao singular, da objetividade anônima à subjetividade. (SARTRE, 1964, p. 44)

Como nem a filosofia nem a literatura são capazes de conceitualizar e de retratar ao mesmo tempo, a comunicação frutífera entre elas permite que Sartre trabalhe uma temática — como a da contingência da existência humana, no caso do romance *La nausée*, ou a liberdade, em *Les chemins de la liberté* — a partir de duas perspectivas, havendo uma complementação de discursos a partir da qual o que a filosofia é incapaz de explicitar a literatura o faz, e vice-versa. A distinção primordial entre os dois gêneros está, para Sartre (1976, p. 137), ligada à questão da univocidade, evidenciando-se, com isso, o problema do controle do sentido, que, se por um lado é exigência do discurso filosófico, por outro lado, sob certo ângulo, deixa de ser um problema para a literatura: a ambiguidade do literário, aberto a múltiplas interpretações, prescinde do controle do sentido pelo escritor.

Ao lado da reflexão filosófica, a literatura faz parte do arsenal sartriano de pensamento e ação, de maneira que Sartre voltou-se para a organização de um corpo teórico que pautasse seu fazer literário. Existindo uma “vizinhança comunicante” (SILVA, 2004, p. 13) que liga literatura e filosofia em uma “conexão *orgânica*” (MÉSZÁROS, 2012, p. 25; grifo do autor), a literatura sartriana, enquanto questionamento sobre a ordem

humana, se dá por meio de uma passagem entre o mundo do imaginário, próprio das manifestações artísticas, e a existência histórica ou o mundo real. Disso se segue que não há espaço para a neutralidade diante das questões apresentadas nos romances do autor: ecoam, em cada história, questionamentos morais que demandam, dos leitores, não a contemplação desinteressada da manifestação artística, mas o estabelecimento do que Antonio Candido (2006, p. 135) chamou de “o conflito entre a inteligência participante e a inteligência contemplativa”. Salienta Sartre que

Falar é agir: toda coisa que se nomeia não é mais completamente a mesma, ela perdeu sua inocência. Se você nomeia a conduta de um indivíduo, você a revela a ele: ele se vê. E como você a nomeia, ao mesmo tempo, a todos os outros, ele se sabe *visto* no momento em que ele se vê; seu gesto furtivo, que ele esquecia ao fazê-lo, começa a existir enormemente, a existir para todos, integrando-se ao espírito objetivo, tomando dimensões novas, sendo recuperado. Depois disso, como você quer que o indivíduo aja da mesma maneira? Ou ele irá perseverar em sua conduta por obstinação e com conhecimento de causa, ou ele a abandonará. (SARTRE, 1948, p. 72-73)

Diante disso, o escritor sabe que o seu papel é o de nomear o que ainda não foi nomeado ou aquilo de que, por algum motivo, não se ousa dizer o nome. Enquanto fornecedora de uma consciência infeliz à sociedade, a literatura estabelece uma relação ética entre o escritor e o leitor: um escrito, “ao mesmo tempo uma produção individual e um fato social” (SARTRE, 1964, p. 33), deve ser, então, transitivo, a visar democraticamente consciências em situação. Disso se segue que a literatura (campo da estética), mesmo que seja algo diverso da ética, funda com ela uma ligação, pois “o escritor, homem livre se dirigindo a homens livres, não tem senão um único tema: a liberdade” (SARTRE, 1948, p. 112). A prosa engajada se solidariza, portanto, com a democracia — pois, como explica Louette, deve ser “uma voz dos sem voz que não seja aquela, abstrata e efêmera, do voto” (LOUETTE, 2006, p. 297) —, de modo que, quando uma é ameaçada, a outra também o é. Observadas as limitações da arte literária (sejam elas linguísticas, sejam elas sociais), essa recuperação humanista não se daria, é certo, apenas com o estabelecimento de uma função especial para a esfera artística sob o crivo das exigências de determinado momento histórico, mas, ainda assim, embora insuficiente, é uma condição necessária para tal.

Pelos aspectos acima destacados, a literatura sartriana — inserindo-se, também, os contos reunidos em *Le mur*, com base em uma teoria literária pautada na defesa da

liberdade (do autor, dos leitores, das personagens) — apresenta-se como uma problematização da existência humana, historicamente situada e passível de críticas capazes de gerar um processo de reflexão e de autorreflexão naqueles que encontram na ficção uma consciência infeliz. Como se pode notar no romance *La nausée* e na trilogia *Les chemins de la liberté*, as ideias sartrianas concernentes ao fazer literário e às técnicas de composição romanesca se apresentam tanto na estrutura composicional das obras como no vínculo que apresentam com o meio histórico-social em que foram escritas. É com a passagem do mundo real ao mundo imaginário — responsabilidade do escritor, ao reiterar uma roupagem crítica do romance, de acordo com as transformações pelas quais passou a arte no século XX — que os leitores podem, inversamente, passar do mundo imaginário à realidade histórico-social em que existem e onde encontram os problemas reais a serem repensados. Diante de um constante refazimento das perguntas e das respostas, a literatura, como vimos, se coloca como possibilidade de abordar a realidade por um ângulo incapaz de ser alcançado pela reflexão filosófica e, mesmo, pela percepção diária da vida, posto que o processo de totalização promovido pelo romance permite ao leitor uma compreensão mais ampla de sua realidade e dos processos de alienação dos quais é vítima e/ou cúmplice. A literatura, então, se coloca como possibilidade de oferecer ao ser humano um viés diferente a partir do qual sua existência é problematizada e colocada sob o pano de fundo de suas escolhas e consequências, dando-lhe, por isso, um meio de assegurar o reconhecimento de sua liberdade em situação.

Passando em revista *Les chemins de la liberté*, no primeiro volume, *L'âge de raison* (1945a), Sartre trata dos anos pré-Segunda Guerra Mundial, utilizando técnicas narrativas tradicionais, como a construção de personagens com preocupações individualistas reforçadas por monólogos interiores. Na Paris dos anos 1930, acompanhamos três dias da vida do professor de filosofia Mathieu Delarue, o que ele e as demais personagens entendem por liberdade e o que fazem com ela, posto que todos são forçados a tomarem decisões significativas para suas vidas no período entreguerras. Mathieu, no entanto, recusa a todo custo comprometer-se com qualquer coisa — como, por exemplo, um filho, o que fica evidenciado pelo dinheiro que necessita para que sua companheira Marcelle realize um aborto. Nota-se, pela atmosfera soturna da narrativa, a tensão entre as escolhas singulares das personagens e as limitações contingentes da história, visto que a iminência da guerra transformara a liberdade e a responsabilidade em problemas a serem

pensados. Pelo romance, percebe-se que a pluralidade das liberdades singulares se dá, necessariamente, em “situação” — conceito sartriano que, segundo Jameson, se configura como “uma maneira nova de pensar a história como tal” (JAMESON, 2000, p. 278) —, quando todos vivem o peso singular da guerra. Mathieu e as demais personagens são sujeitos históricos, o que confere à narrativa uma carga significativa em se tratando dos impasses vividos pelas personagens romanescas, entre assumirem o peso de suas escolhas ou, então, se manterem alheias a tudo. Reverberando na personagem e em seus atos e escolhas a questão sobre como seria possível viver a contingência sem se comprometer, Mathieu começa a descobrir a resposta ao longo da trilogia.

No segundo volume, *Sursis* (1945b), acompanhamos o cotidiano da França durante os oito dias que antecederam a assinatura do Acordo de Munique, em setembro de 1938, a partir do qual os governos francês, britânico e italiano concordaram em entregar a Tchecoslováquia às ambições expansionistas da Alemanha de Hitler. Temos, na história narrada, o colapso da ilusão das personagens em terem suas histórias individuais ordenadamente protegidas pela calma enganosa dos momentos que antecederam a guerra, destacando uma situação cujas consequências globais forçam várias personagens a verem a si mesmas em um contexto coletivo que perturba seu senso de autonomia individual. É importante ressaltar que, em termos formais, em comparação com *L'âge de raison*, a técnica narrativa muda drasticamente ao apresentar uma composição narrativa criada a partir da consciência de personagens em uma multiplicidade de situações simultâneas em pontos diferentes do planeta — fenômeno que sugere a existência, em *Sursis*, de uma polifonia, aqui entendida, segundo Bakhtin (2005, p. 44), como “vozes diferentes, cantando diversamente o mesmo tema. [...] que desvenda o multifacetado da existência e a complexidade de sofrimentos humanos”. Se no romance *La nausée* a história é um fundo que apenas está ali (sem receber, contudo, um tratamento mais detido), e Mathieu, em *L'âge de raison*, embora escorado na má-fé, ainda assim vivencia seu contexto histórico, essa problemática surge de maneira mais aberta a partir de *Sursis*, não sendo mais possível fugir à questão sobre o que é constituir-se em situação, na e para a história. Fica claro, com isso, que é preciso viver singularmente todo o peso contingente da historicidade, de modo que o indivíduo aceite participar da constituição do próprio processo histórico.

Isso se dá em *La mort dans l'âme* (1949a), a tratar da derrota francesa e da tomada de Paris, quando a personagem principal nota que uma liberdade individualista, quando tomada pelo turbilhão da história, é inútil. Entramos em contato com um grupo de franceses, soldados ou não, cuja apatia antes da guerra os fez, finalmente, abrir mão de uma posição solipsista e se perceberem diante de um problema coletivo para o qual deveriam encontrar uma saída também coletiva, afinal sofrem as mesmas consequências e se afetam mutuamente: “o autor pretende representar as possibilidades de ação, livre e responsável, na iminência da situação limite da guerra — e já na própria guerra, em *La mort dans l'âme*” (ROMANO, 2002, p. 27). Nota-se que, no romance, o estético e o ético se reúnem para um mesmo objetivo, qual seja, o de estender o sentido de coletividade e de responsabilidade das personagens aos próprios leitores.

Dentre outros aspectos, isso ocorre por efeito de simultaneidade dos planos de ação e pela ausência de onisciência narratorial — dados que indicam um cuidado formal que, em relação ao temário conturbado da guerra, aproxima aquele que lê das dificuldades, dos dilemas e da cegueira moral a que são expostas as personagens ao longo do romance, a partir da percepção da existência de outras consciências a agirem e a reagirem segundo um mesmo evento histórico. Em retrospecto, vemos que ao longo de *La mort dans l'âme* as personagens, diante de suas situações particulares — e já no contexto bélico da Paris sitiada, sobre o qual Sartre escreveu, em *La république du silence*, que “jamais fomos mais livres que sob a ocupação alemã” (SARTRE, 1949b, p. 11), a respeito do tratamento dado à palavra, que, em virtude do contexto silenciador, deveria possuir a força de uma afirmação de princípio —, deixam antever, como pano de fundo, uma problemática maior (a guerra): dela tomam partido ou se ausentam, por ela são mais ou menos afetadas (mas afetadas, de todo modo), e a partir dela chegam a uma resolução.

É válido ressaltar, a respeito de *Les chemins de la liberté* — que, teoricamente, seria uma quadrilogia, posto que havia a previsão de um quarto volume chamado *La dernière chance*, que trataria da resistência francesa no período de ocupação nazista —, que a trilogia foi concebida para mostrar os efeitos da situação-limite que foi a guerra, bem como a mudança promovida nas vidas das personagens, procurando registrá-las como uma coletividade, isto é, ligadas umas às outras por suas ações e reações. Vemos que as personagens dos romances encontram-se divididas entre a má-fé e a autenticidade — entre a possibilidade de iludir-se com desculpas que as salvaguardem da

responsabilidade inerente às suas escolhas e a admissão da facticidade da existência. Por tais aspectos, pode-se encontrar, nos romances, uma abordagem dupla, ética e estética, projetada para salientar um sentido de coletividade e de historicidade: ética pelo tratamento dado ao corpo da história narrada, à guerra, à tomada de uma percepção de pertencimento a uma coletividade culturalmente estabelecida; estética pelo uso de recursos narrativos como a tomada não onisciente de subjetividades diversas em meio às suas situações particulares e, ao mesmo tempo, históricas.

Os aspectos teóricos acerca da literatura defendidos por Sartre embasam a ideia de que a escrita literária (especificamente o exercício da prosa, que se serve das palavras antes de servi-las, como faz a poesia), por se tratar de um exercício de representação da realidade humana, assenta-se no desvendamento, na revelação do mundo. Tal revelação não deve ser entendida por um viés metafísico-religioso, mas, antes, por uma perspectiva pragmática a tencionar mudanças sociais. Escrever é engajar-se, participar do, no e para o mundo, e ler é tornar-se cúmplice do autor, pois autor e leitor, enquanto seres em uma situação sócio-histórica, não podem inocentar-se a respeito do que acontece na realidade:

a função do escritor é fazer com que ninguém possa ignorar o mundo e ninguém possa considerar-se, nele, inocente. E uma vez engajado no universo da linguagem, o escritor não pode mais fingir que não sabe falar: se você entra no universo das significações, não há nada mais a fazer para sair. (SARTRE, 1948, p. 30)

O ato de escrever leva em consideração, portanto, a ação sobre os leitores, de modo que o texto literário é entendido como estopim de indignação no e do leitor, inserindo este em sua condição propriamente humana, isto é, livre. Ao entender que todo ser humano forma um todo a partir de sua situação econômica, política, social, cultural e biológica que, interpenetrando-se, resultam em sua situação, importa, para o Sartre romancista, o tratamento do homem enquanto um universal concreto, um indivíduo que, como os protagonistas de seus romances (caso de Roquentin, em *La nausée*, ou Mathieu, na trilogia *Les chemins de la liberté*), está lançado em um mundo contingente que exige a manifestação da liberdade humana: “a literatura é a única que consegue representar o homem como singular universal, justamente por ser ambígua, por falar de um determinado homem e com isso alcançar ‘o homem’” (SOUZA, 2003, p. 161). Ao tencionar a fuga de uma postura universalista abstrata, que condicionaria formas de vida massificadas por obrigar os homens a “viver[em] no mundo ‘inautêntico’ que criam, um

mundo de temores transformados em certezas e pretensões” (ALBÉRÈS, 1958, p. 81), Sartre orientou seu pensamento para a busca de uma nova compreensão capaz de acolher a diferença sociocultural, embasando-se em uma imagem do sujeito como sujeito situado que, à luz de um universalismo concreto, real, traduzir-se-ia em uma liberdade em situação a acarretar uma responsabilidade de todos para com todos e de cada um em respeito a si mesmo como pessoa concreta e ética.

Problematizado e problematizador, o texto literário é, para Sartre, resultado de uma criação (artística) que, assim como a leitura, não se coloca como um ato alheio à percepção do mundo e à produção de sentidos. Desde que o leitor, assim como o autor, seres históricos que são, não se alienem a respeito da contemporaneidade em que vivem, segue-se que ter consciência de sua própria situação é uma tarefa essencial para que o desvendamento do mundo, proposto pela escrita sartriana (e embasado em uma filosofia da imaginação), ocorra, visto que as palavras, as instituições, as ideias, o mundo, “adquirem estatutos distintos segundo as diferentes maneiras da intencionalidade humana, conforme as diferentes formas de a consciência se postar frente aos objetos” (DUARTE JR., 2008, p. 11). Nessa relação entre escritor e leitor, este deve evitar uma condição de alienação, de passividade no ato de ler (ainda que possa, livre que é, aceitar tal passividade), pois a leitura não se resume, como vimos, na recepção indiferente de conteúdos previamente elaborados.

Importa, para Sartre, que o leitor, a partir de sua liberdade, não apenas se posicione quanto às questões que lhe digam respeito, pois importa, sobretudo, a *necessidade* de se posicionar — o que, vale dizer, se coloca como um imperativo ético atual, visto que a convivência mantém a cumplicidade com o *status quo*. Em suma, a questão aqui colocada, direta ou indiretamente, repousa, por fim, em um apelo quanto à importância humana, psicológica, social, cultural e política da Arte, este fazer subjetivo que germina de nossa necessidade demasiado humana de nos fazer compreender. Daí que “as ideias nunca deveriam ser mercadorias, mas, sim, um meio para transformar a realidade” (SOUZA, 2004, p. 76), um meio (ético) que é, também, um fim (estético) em si mesmo. E, se considerado o real *valor* da obra literária socialmente cônica (de si, esteticamente, e do mundo, eticamente), poderemos dizer, sem receio: por um grande livro, não podemos passar impunemente.

Uma vez passados em revista os conceitos de “liberdade” e de “literatura”, segundo Sartre, bem como suas narrativas e os eventos históricos de sua época, poderemos

concluir a favor da existência de uma relação ética e estética importante entre a literatura e a liberdade. Não obstante, poderemos evidenciar a importância que pode (ou, mesmo, deve) ter a discussão sobre a liberdade, em qualquer tempo e lugar, por se tratar de um conceito que se refere ao que somos, como somos e por que somos. Na literatura, mais especificamente, vemos que a liberdade, nos romances que compõem *Les chemins de la liberté* — tentativa de criar um paradigma, segundo o próprio autor, da literatura engajada —, encontra-se nos dados formais das obras (a construção das personagens, o foco narrativo, a ambientação, o tempo), bem como no conteúdo narrativo que traz ao leitor situações a partir das quais há uma orientação para que o tema fundamental, a liberdade, possa se manifestar em vez de silenciar. Uma literatura, diríamos, para pensar não apenas as (e nas) situações-limite que são as guerras, como as conhecemos dos livros de história, mas, mais *prosaicamente*, as (e nas) situações-limite que são, em alguma medida e valor, os conflitos de todas as espécies, dadas as diferenças entre consciências livres.

Na época atual, quando a liberdade pouco se discute por não ser vista como problema — afinal, o problema é não tê-la (embora tê-la possa ser, também, um problema no caso de seu excesso) —, faz-se importante levantar a questão e recolocá-la no inventário de conceitos a serem perenemente debatidos, mesmo porque “os mal-estares pós-modernos nascem da liberdade, em vez da opressão” (BAUMAN, 1998, p. 156); uma discussão que deve ter constante escolta, sob o perigo de seu enfraquecimento sub-reptício e as consequências disso advindas, já que se trata — a liberdade — de algo que diz respeito, em primeiro lugar, ao ser para-si, à consciência, ao ser humano, constante interrogação de si mesmo, e, em segundo lugar, ao animal gregário, político, que é o homem, consciência entre outras consciências. Por esse motivo, entendemos importante trazer à luz a obra literária de Sartre, sendo possível investigar mais profundamente como e por que o conceito de “liberdade” se encontra na prosa sartriana, influenciando não apenas o seu conteúdo, mas, sobretudo, a sua constituição formal oriunda de uma teoria que a define e a defende.

De acordo com o que acompanhamos, a obra literária sartriana, ainda que por vezes ingênua, reducionista e, por isso, criticável em alguns pontos, pautou-se em tentar ser um reflexo (e uma reflexão) da consciência do ser humano, em que a problemática da representação é colocada como responsabilidade no esforço mútuo entre escritor e leitor, livres e engajados em uma mesma realidade. Sartre, pensando o indivíduo enquanto

parte da coletividade, e a coletividade enquanto parte da história, esforçou-se para escrever a fim de dar a pensar — mesmo porque quem não pensa é *pensado* —, a fim de afirmar que a liberdade humana não é uma abstração metafísica inerte, mas o ingrediente mais íntimo do que é o homem: livre, sim, mas também responsável, comprometido com o que escolhe e com o que deixa de escolher, com o que pensa e diz, bem como com o que ignora ou silencia. Isso leva à reflexão sobre nosso próprio modo de considerar a literatura em nossa época, como a empregaremos em nosso próprio momento histórico, em nossos próprios problemas, que, queiramos ou não, são refletidos em e por nossas práticas.

Sejam quais forem os caminhos a seguir, podemos ao menos aceitar que as questões são muitas e as respostas nunca serão definitivas. Mas, antes de ser um problema, a impossibilidade de conclusões categóricas ocasiona um processo produtivo resultante da constante e inevitável significação das questões e das respostas que se colocam à frente do homem — dinâmica que se coaduna com o constante processo de retomada e significação que é, segundo Sartre, a existência de cada indivíduo no mundo.

Referências bibliográficas

ALBÉRÈS, R.-M. *Jean-Paul Sartre*. Tradução de Heitor Martins. Belo Horizonte: Itatiaia, 1958.

BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. 3. ed. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

BAUMAN, Z. *O mal-estar da pós-modernidade*. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BOURDIEU, P. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CANDIDO, A. *Literatura e sociedade*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

DUARTE JUNIOR, J. *O que é realidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

HOBBSAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX*. 2. ed. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. 2. ed. Tradução de Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Ática, 2000.

_____. *Sartre: the origins of a style*. New Haven: Yale University Press, 1961.

LÉVY, B.-H. *Le siècle de Sartre: enquête philosophique*. Paris: Bernard Grasset, 2000.

LOUETTE, J.-F. Sartre anarchiste, ou démocrate en prose ? *Revue d'histoire littéraire de la France*, v. 106, n. 2, p. 285-306, 2006. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-d-histoire-litteraire-de-la-france-2006-2-page-285.htm>>. Acesso em: 5 jul. 2015.

LUKÁCS, G. *Marxismo e teoria da literatura*. 2. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MÉSZÁROS, I. *A obra de Sartre: busca da liberdade e desafio da história*. Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2012.

ROMANO, L. *A passagem de Sartre e Simone de Beauvoir pelo Brasil em 1960*. Campinas; São Paulo: Mercado de Letras; FAPESP, 2002.

SARTRE, J.-P. *A idade da razão*. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: DIFEL, 1963.

_____. *Com a morte na alma*. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: DIFEL, 1968.

_____. *Critique de de la raison dialectique, I*. Paris: Gallimard, 1960.

_____. *L'âge de raison*. Paris: Gallimard, 1945a.

_____. *L'être et le néant: essai d'ontologie phénoménologique*. Paris: Gallimard, 1943.

_____. *L'existentialisme est un humanisme*. Paris: Éditions Nagel, 1958.

_____. *La mort dans l'âme*. 89. ed. Paris: Gallimard, 1949a.

_____. *La nausée*. Paris, Gallimard, 1938.

_____. *Le mur*. Paris: Gallimard, 1939.

_____. *et alii. Que peut la littérature?* Paris: UGE, 1965.

_____. *Situations, II*. Paris: Gallimard, 1948.

_____. *Situations, III*. Paris: Gallimard, 1949b.

_____. *Situations, IV*. Paris: Gallimard, 1964.

_____. *Situations, X*. Paris: Gallimard, 1976.

_____. *Sursis*. Paris: Gallimard, 1945b.

_____. *Sursis*. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: DIFEL, 1967.

SILVA, F. *Ética e literatura em Sartre*. São Paulo: EdUNESP, 2004.

Revista do SELL

v. 5, no. 4

ISSN: 1983 – 3873

SOUZA, P. Sartre, “el comprometido”. *Umbral - Revista de Educación, Cultura y Sociedad*, n. 7, p. 74–76, 2004. Disponível em: <http://sisbib.unmsm.edu.pe/BibVirtualdata/publicaciones/umbral/v05_n08/a12.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2015.

SOUZA, T. A literatura para Sartre: a compreensão da realidade humana. In: ALVES, I. S.; JACOBELIS, P. G.; BELO, R.; SOUZA, T. (Orgs.). *O drama da existência: estudos sobre o pensamento de Sartre*. São Paulo: Humanitas, 2003.